

## **A utilização da caderneta agroecológica por mulheres de comunidades rurais no projeto Pró-Semiárido, Bahia**

Dulce Naiara Carvalho Ferreira<sup>1</sup>, Cristiane Moraes Marinho<sup>2</sup>, Alineaurea Florentino Silva<sup>3</sup>, Michelle Christini Araújo Vieira<sup>4</sup>

### **Resumo**

Este trabalho objetiva relatar a experiência vivida por agricultoras e pela Assessoria Técnica Continuada, a partir da utilização das Cadernetas Agroecológicas no âmbito do projeto Pró-Semiárido, coordenado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, do Estado da Bahia, em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. O trabalho teve, entre outros objetivos, intervir no problema da desigualdade das relações sociais entre homens e mulheres, tentando promover a participação ativa das mulheres. Foi conduzido pela equipe de assessoria técnica da organização Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade, junto a agricultoras de seis comunidades rurais do município de Casa Nova, Bahia, ao longo do período de um ano. O processo metodológico foi realizado em três etapas distintas e interdependentes: a) apresentação das Cadernetas Agroecológicas para as agricultoras, utilizando a metodologia denominada Rodas de Aprendizagem; b) aplicação de um questionário socioeconômico e de participação política a fim de conhecer o perfil dessas agricultoras; e c) construção do Mapa da Sociobiodiversidade. Como resultado, foi possível elaborar uma análise das relações econômicas, monetárias e não monetárias vivenciadas pelas agricultoras.

### **Palavras-chave**

Agroecologia. Feminismo. Assessoria técnica. Metodologia.

---

<sup>1</sup> Graduada em Engenharia Agrônoma pela Universidade do Estado da Bahia, Brasil; engenheira agrônoma no Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade, Bahia, Brasil; coordenadora técnica do Projeto Pró-Semiárido da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia, Brasil. E-mail: dulceagronomia10@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Santa Maria da Boa Vista, Pernambuco, Brasil. E-mail: cristianeifsertao@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa Semiárido, Pernambuco, Brasil. E-mail: alineaurea.silva@embrapa.br.

<sup>4</sup> Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia, Brasil; professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Pernambuco, Brasil; vice-líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESCO/UNIVASF). E-mail: michelle.christini@gmail.com.

## **The use of the agro-ecological booklet by women from rural communities in the Pro-Semi-Arid project, State of Bahia, Brazil**

Dulce Naiara Carvalho Ferreira<sup>5</sup>, Cristiane Moraes Marinho<sup>6</sup>, Alineaurea Florentino Silva<sup>7</sup>, Michelle Christini Araújo Vieira<sup>8</sup>

### **Abstract**

This paper aims to report the experience lived in the Continued Technical Counseling, from the use of the Agro-ecological Notebooks in the scope of the Pro-Semi-Arid project, coordinated by the Development and Regional Action Company, of the State of Bahia, in partnership with the International Fund for Agricultural Development. The work had, among other objectives, to intervene in the problem of unequal social relations between men and women, trying to promote the active participation of women in development. It was conducted by the technical assistance team of the Socio-Environmental Assistance Service to the Countryside and the City, with female farmers from six rural communities in the municipality of Casa Nova, State of Bahia, Brazil, during a one-year period. The methodological process was carried out in three distinct and interdependent steps: a) presentation of the Agroecological Notebooks to the women farmers using the methodology called Learning Rounds; b) application of a socioeconomic and political participation questionnaire in order to know the profile of these women farmers; and c) construction of the Sociobiodiversity Map. As a result, it was possible to elaborate an analysis of the economic relations, both monetary and non-monetary experienced by the women farmers.

### **Keywords**

Agroecology. Feminism. Technical assistance. Methodology.

---

<sup>5</sup> Graduate in Agronomic Engineering, State University of Bahia, State of Bahia, Brazil; agronomist at the Social and Environmental Assistance Service in Campo e Cidade, State of Bahia, Brazil; technical coordinator of the Pro-Semi-arid Project of the Secretariat of Rural Development of Bahia, State of Bahia, Brazil. E-mail: dulceagronomia10@gmail.com.

<sup>6</sup> PhD in Rural Extension, Federal University of Santa Maria, State of Rio Grande do Sul, Brazil; professor at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Sertão Pernambucano, Campus Santa Maria da Boa Vista, State of Pernambuco, Brazil. E-mail: cristianeifsertao@gmail.com.

<sup>7</sup> PhD in Development and Environment, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; researcher at the Brazilian Agricultural Research Corporation, Embrapa Semiárid, Pernambuco, Brazil. E-mail: alineaurea.silva@embrapa.br.

<sup>8</sup> PhD in Collective Health, Federal University of Bahia, State of Bahia, Brazil; professor at the Federal University of Vale do São Francisco, State of Pernambuco, Brazil; vice-leader of the Research Group Nucleus of Studies in Collective Health (NESCO/UNIVASF). E-mail: michelle.christini@gmail.com.

## Introdução

Este artigo trata da experiência de agricultoras e da equipe de assessoria técnica continuada da organização Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade (SAJUC), a partir da utilização da metodologia das Cadernetas Agroecológicas no âmbito do projeto Pró-Semiárido, coordenado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), do Estado da Bahia, em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

A Agroecologia proporciona um marco para a valorização da complexidade dos agroecossistemas. Essa ciência se baseia no melhoramento da qualidade do solo, permitindo, simultaneamente, que as plantas cresçam mais fortes e saudáveis e debilitando as pragas, por meio da diversificação dos agroecossistemas (ALTIERI, 2010).

O agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É a unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto a sua extensão), onde se dão complexas relações entre práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entender essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agrônômicos), mas também as interações entre os seres humanos (SILIPRANDI, 2009).

O conceito de agroecologia surge a partir do questionamento do paradigma tecnológico e científico que serviu de alicerce para a modernização conservadora da agricultura (TELLES, 2018). Desse modo, a agroecologia vem se constituindo no Brasil em um campo do conhecimento que articula abordagens teóricas, experiências, práticas e ações políticas.

Conforme propõe a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2017, é por meio do enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agroecossistema como unidade de análise, apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável.

Ao criticar as bases atuais sob as quais a relação sociedade/natureza é assentada, a agroecologia chama a atenção para os impactos e limites da agricultura convencional ou baseada na monocultura, ao mesmo tempo em que “aponta a necessidade de construção de relações mais igualitárias e equitativas com o outro, seja este outro, ambiente ou outro ser humano” (ABA, 2008, p. 68).

Segundo Liliam Telles (2018), as mulheres têm apontado outros sentidos políticos para o conceito de agroecologia que se distancia, cada vez mais, de visões mais conservadoras apresentadas por alguns cientistas. Para o Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2018, a agroecologia não pode ser compreendida apenas como a mudança do modelo de produção, com a substituição de adubos químicos e agrotóxicos por insumos agroecológicos ou orgânicos. Todavia, veem a agroecologia como um projeto de vida, que busca transformar tanto as relações entre as pessoas quanto as relações das pessoas com a natureza, com base nos princípios da igualdade, da solidariedade e da justiça.

Conforme Emma Siliprandi (2007), em vários textos que definem as premissas e os métodos da agroecologia, encontram-se referências à existência das desigualdades de gênero como fontes de preconceitos contra as mulheres, e como aspectos que deveriam ser considerados na elaboração dos seus programas de pesquisa e propostas de intervenção. No entanto, não existem aprofundamentos sobre essa problemática, que é fundamental para o entendimento de como se expressam as relações de poder no meio rural, o que determina, por exemplo, o vínculo de uma parcela significativa da população camponesa (as mulheres) aos meios de produção e aos recursos ambientais.

São raros os estudos com enfoque no trabalho produtivo realizado pelas mulheres nos agroecossistemas. Desse modo, o amplo leque de atividades reprodutivas e produtivas, agrícolas e não agrícolas, que as mulheres desempenham na agricultura familiar, simplesmente não é reconhecido como trabalho, e não é contabilizado (NETO *et al.*, 2015).

A invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar, no qual, além de elas se ocuparem com a produção principal das unidades produtivas, ainda se ocupam com um trabalho que, quase sempre, fica a cargo somente delas, como a produção de doces, queijos, as conservas, a criação de pequenos animais e os artesanatos, e, também, ficam a cargo delas o trabalho doméstico e os cuidados.

Segundo Emma Siliprandi (2007), a vida das mulheres no meio rural é marcada por uma rígida divisão sexual do trabalho e pela posição subordinada que ocupam em relação aos homens. Essa realidade se expressa no acúmulo do trabalho reprodutivo – doméstico e de cuidados – naturalizado como de sua responsabilidade estrita, na invisibilidade do seu trabalho produtivo, considerado apenas como acessório às atividades do homem, na menor remuneração em comparação com as ocupações similares às deles e na dificuldade de acesso aos direitos sociais e políticas públicas.

A economia feminista admite que o não reconhecimento ou a invisibilidade do trabalho não remunerado (doméstico e de cuidados) realizado pelas mulheres é parte de um mecanismo que as oprime e as explora (FARIA, 2009).

É nesse contexto que emergem as Cadernetas Agroecológicas, como um instrumento de documentação econômica criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), para dar visibilidade ao trabalho das agricultoras agroecológicas. Nela são registrados o consumo, a troca, a venda e a doação do que é cultivado nos quintais produtivos e nos espaços de domínio das agricultoras nos agroecossistemas. Estes são lugares de produção de saberes, de garantia de segurança alimentar e nutricional, de práticas sustentáveis (ecológica e socialmente), de manutenção da agrobiodiversidade, de cuidados e de reprodução da vida.

A emergência das Cadernetas Agroecológicas remete às práticas feministas com vistas à construção coletiva de conhecimentos, sendo assim, elas

situam-se no campo das pedagogias feministas. Além de ser um instrumento de pesquisa e coleta de dados para as pesquisadoras envolvidas, é também um instrumento de empoderamento político, que possibilita às próprias agricultoras agroecológicas sistematizar seu trabalho, e, assim, perceberem/compreenderem sua contribuição para a economia e a reprodução da vida. Outra questão fundamental é que a partir dessa compreensão e posicionamento teórico e político, as agricultoras agroecológicas são sujeitas, e não objetos da pesquisa, rompendo com a relação de poder histórica da construção do conhecimento acadêmico e do fazer científico. (TELLES *et al.*, 2018).

Conforme Korol (2007), para se construir uma pedagogia feminista é necessário desorganizar as relações de poder de forma subversiva e revolucionária, considerando o valor da subjetividade na criação histórica e o valor dos corpos inscritos nos territórios. A pedagogia feminista bebe da fonte da pedagogia popular – que parte da educação como prática de liberdade (FREIRE, 1999) – e do feminismo, se constitui ao assumir o enfrentamento às estruturas opressoras, mas também em construir formas de resistências.

Ouvir as histórias das mulheres é urgente e necessário para uma práxis transformadora, que valorize as várias vozes e tenha no diálogo sua dinâmica problematizadora, onde todos e todas possam expressar seus diferentes saberes (SANTOS; BONFIM, 2010, p. 2).

Nesse sentido, o Pró-Semiárido é um projeto coordenado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, empresa pública do Estado da Bahia, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), em parceria com o Fundo Internacional de

Desenvolvimento Agrícola. Assim, por meio de edital, foram contratados serviços de Assessoria Técnica Contínua (ATC), do Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade (SAJUC), que é uma organização da sociedade civil que já atuava na região semiárida com experiências comprovadas a partir da implementação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido e agroecologia, e trabalhos reconhecidos. Desse modo, o projeto Pró-Semiárido (CAR/SDR/FIDA) e a organização SAJUC realizaram parceria, com o intuito de dar visibilidade a tudo que é produzido pelas mulheres, proporcionando o protagonismo e autonomia das agricultoras com a utilização das Cadernetas Agroecológicas, buscando uma rediscussão dos programas e ações das organizações de assessoria técnica por meio dos resultados da sistematização de aplicação da metodologia.

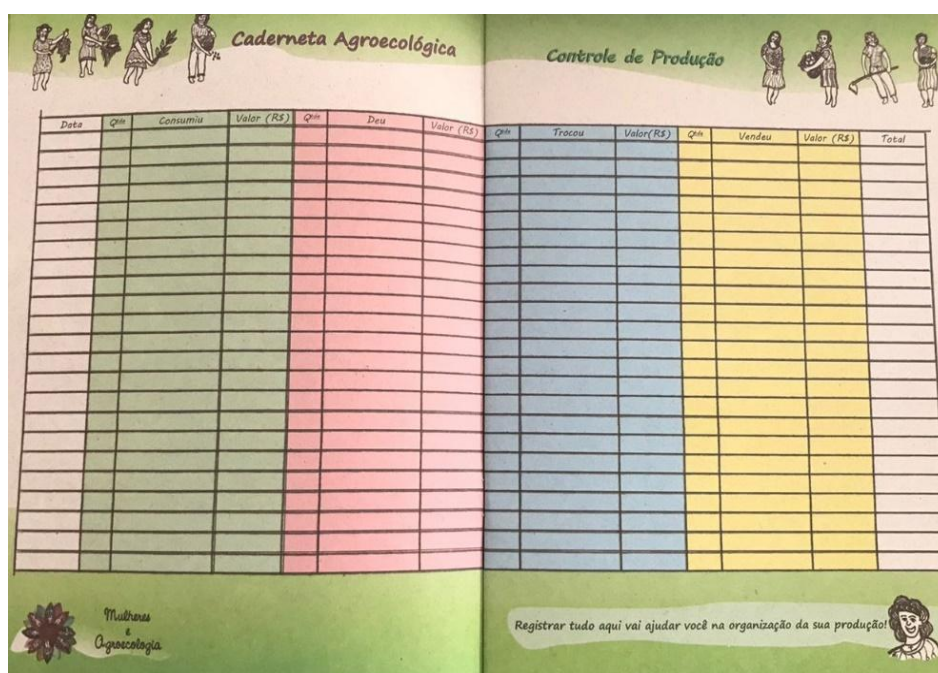
Diante das premissas já elencadas, o presente trabalho objetiva relatar a experiência com a aplicação da metodologia das Cadernetas Agroecológicas, desde a execução da equipe técnica do SAJUC, no âmbito do projeto Pró-Semiárido.

## **Metodologia**

A Caderneta Agroecológica é um instrumento político-pedagógico criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) para mensurar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras agroecológicas, colaborando para a promoção da sua autonomia (CARDOSO *et al.*, 2019).

É apresentada em um formato bem simples (Figura 1), no qual possui quatro colunas para organizar as informações sobre a produção das mulheres, uma coluna para quantidade e uma para valor atribuído a partir dos preços de mercado local, que são atribuídos pelas próprias mulheres, sendo registrado o que foi vendido, o que foi doado, o que foi trocado e o que foi consumido, ou seja, de tudo o que é cultivado nos quintais produtivos e/ou espaços de domínio das mulheres nas propriedades. Por meio de recursos do projeto Pró-Semiárido, as cadernetas foram impressas e distribuídas para as equipes de assessoria técnica.

Figura 1 – Caderneta Agroecológica, 2019



Fonte: Arquivo dos autores (2019).

O processo metodológico para desenvolvimento da experiência aqui relatada foi realizado a partir de três etapas distintas e interdependentes, tais como: a) Apresentação da Caderneta Agroecológica para as agricultoras, de modo que, em um primeiro momento, em roda de aprendizagem, refletiu-se sobre Protagonismo da mulher do campo e a Campanha pela divisão justa do trabalho doméstico, e em um segundo momento, apresentou-se a Caderneta Agroecológica como proposta de dar visibilidade ao trabalho de cada uma delas, deixando ao critério das mesmas, a participar do processo e realizar as anotações; b) Aplicação de um Questionário de Caracterização Socioeconômico (QCS) dessas agricultoras, a fim de conhecer o perfil das mesmas, nesse processo os/as ACRs e técnicas/os também contribuíram fazendo as perguntas e debatendo com as agricultoras; c) Reconhecimento do agroecossistema familiar e do lugar de trabalho/autonomia dessas agricultoras por meio da construção de Mapas da Sociobiodiversidade, com intuito de evidenciar os lugares em que elas constroem sua autonomia a partir do seu próprio trabalho, e reconhecer o como, nesses lugares, elas produzem conhecimentos, bens agrícolas (alimentos, plantas medicinais, frutas, árvores nativas, sementes, animais, etc.) e bens culturais.

Na construção desses mapas, buscou-se compreender o olhar que as agricultoras possuem sobre os espaços, e como isso reflete, ou não, acerca das relações de poder na família, e entre a família e o território, e o bioma (CARDOSO *et al.*, 2019).

O estudo qualitativo possui caráter descritivo, do tipo relato de experiência. A aplicação da metodologia das Cadernetas Agroecológicas foi possível mediante a execução de assessoria técnica da organização SAJUC, realizada no município de Casa Nova-BA, Território de Identidade Sertão do São Francisco, com as agricultoras das comunidades rurais de Melancia, Mucambo, Deodato, Deus Me Leve, Santa Cruz e Baraúna. A região caracteriza-se como clima semiárido, precipitação média anual de 485 mm/ano e vegetação predominante Caatinga.

As ações foram desenvolvidas de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020. Para aplicação da metodologia realizou-se Rodas de Aprendizagem com a equipe de técnicas e técnicos SAJUC/Pró-Semiárido, e com os Agentes Comunitários Rurais (ACR), que são jovens contratados/as pela associação da comunidade que contribuem com as mobilizações e atividades. Essas rodas de apresentação da metodologia das Cadernetas Agroecológicas tinham o intuito de sensibilizá-los de início, pois os mesmos estariam diretamente no campo, envolvidos no processo.

A Roda de Aprendizagem é uma ferramenta metodológica utilizada no projeto Pró-Semiárido. Trata-se de círculos de pesquisa com tema específico, conduzido pela técnica ou técnico que, exercendo os papéis de mediador, instigador e educador, tem como objetivo promover a reflexão crítica, por parte dos/as agricultores/as, sobre o tema em destaque e a sua prática, mediante um roteiro que traga uma sequência de perguntas norteadoras (RAMOS *et al.*, 2019).

Essa metodologia parte do princípio da Pedagogia da Roda. A abordagem é horizontal ou circular, posto que numa roda não há centro, não há hierarquia, todos têm voz e vez para se expressar, e a matéria-prima de todo o processo de aprendizagem são as pessoas e suas experiências por meio do diálogo em forma de roda (ROCHA, 2006). Possui base também na Pedagogia da Pergunta, que privilegia o diálogo entre os agricultores/as, e entre técnicos/as e agricultores/as. Conforme discutido por Freire e Faundez (1985), é preciso que a ação pedagógica opere em um processo de pergunta-resposta realizado por todos/as que participam do processo educativo, impulsionado na análise da pergunta e na criatividade das respostas como ato de conhecimento.

Ao longo da execução dessas etapas, foram monitoradas as anotações de dez mulheres que aceitaram participar da sistematização, no qual foram tabulados os dados de consumo, doação, troca e venda pela equipe técnica de campo, e enviados à equipe de sistematização e monitoramento do projeto Pró-Semiárido.



## Resultados e Discussão

Ao longo da experiência, além das anotações nas Cadernetas Agroecológicas, foram sistematizados os relatos, as práticas agroecológicas, e reflexões das agricultoras. No que concerne à etapa de apresentação da metodologia, dez agricultoras se dispuseram a participar da pesquisa anotando periodicamente ao longo de um ano.

As rodas de aprendizagem na etapa de apresentação da metodologia proporcionaram trocas, escutas e diversos relatos de conhecimento e de descobertas. As mulheres se conheciam na comunidade, mas não sabiam o que a outra vivenciava em relação às suas experiências, a exemplo das opressões e da sobrecarga do trabalho. Algumas relataram que o fato de se encontrarem e partilharem servia de ânimo para os seus dias, justificando assim, para nós, a importância das rodas, pois elas são capazes de animar e de manter a rede de mulheres ativa.

No que concerne à aplicação dos Questionários de Caracterização Socioeconômica (QCS) dessas agricultoras, a análise demonstrou que do total de 10 agricultoras, 60% são casadas e 30% estão em união estável.

Em relação à cor ou à origem étnica, 48,05% se autodeclararam pardas, enquanto 40,26% se autodeclararam pretas. Segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), isso significa que 88,31% das agricultoras podem ser consideradas mulheres negras. Ainda, 70% se identificaram como agricultoras familiares e 30% como Fundo de Pasto. Define-se por Fundo de Pasto: “reserva de pastagens em terras utilizadas para o pastoreio comunitário, onde estas terras comuns fazem parte do patrimônio coletivo das comunidades rurais” (SABOURIN; CARON; SILVA, 1999).

Quanto à escolaridade, 50% possuem o ensino fundamental incompleto, enquanto 30% completaram o ensino médio, e 20% possuem o ensino médio incompleto. Sobre o trabalho, 81% das agricultoras declararam não trabalhar fora de casa. Ainda, 70% delas informaram ser a principal pessoa responsável pelo trabalho doméstico na residência, enquanto 30% indicaram que o trabalho doméstico é compartilhado entre os membros do grupo familiar.

Em relação ao acesso à água, 90% das agricultoras possuem cisterna de consumo humano, que serve para a manutenção das necessidades cotidianas da casa, como beber e cozinhar. Em alguns casos, existem outras infraestruturas complementares de acesso à água: 80% possuem cisterna de produção; 20% possuem poço artesiano; e 70% recebem água do exército por meio de caminhão pipa. As agricultoras relataram que as cisternas não permanecem cheias durante todo o ano, necessitando recorrer ao carro pipa, muitas vezes pela

operação do exército, e outras chegam a comprar, isso cria um ambiente mais difícil no âmbito do trabalho e na vivência na terra.

Dentre as políticas públicas acessadas atualmente pelas agricultoras, as mais emblemáticas são o Programa Bolsa Família (PBF), com 80%, e o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com 70% de acesso.

No que diz respeito às relações de mecanismo de venda dos produtos, que resultam dos seus trabalhos, 80% realiza vendas em casa e 20% vende na comunidade. Do ponto de vista da organização sociopolítica, nota-se que 90% das agricultoras participam de alguma associação, e também que 50% delas participam de algum sindicato.

A análise realizada a partir das descobertas e relatos possibilitou a caracterização do grupo de mulheres que se envolveram como colaboradoras na construção e realização dessa pesquisa, no contexto de suas moradias e atividades laborais.

Nas etapas de aplicação da metodologia, houve muita descontração, a atividade de construção dos mapas foi bastante animada, algumas relataram que voltaram a ser crianças, outras diziam que nunca tinham desenhado com canetas coloridas e brincavam com a ideia de desenhar a sua propriedade. Os materiais utilizados para a sua construção: cartolinas, lápis coloridos, canetas, giz de cera, muita criatividade e leveza no fazer. Daí é essencial que a ATC tenha também essa sensibilidade para estimular as mulheres a fazerem algo que muitas vezes nunca fizeram: o pintar e brincar com papéis (JALIL, 2019).

Observou-se, a partir dos mapas da sociobiodiversidade e dos relatos, que são as agricultoras que trabalham em todo o agroecossistema, com mais evidência nos quintais, nos espaços domésticos da casa e na criação dos pequenos animais. Segundo Liliam Telles *et al.* (2018), “desta forma, o desafio de pôr luz aos quintais e outros espaços de maior autonomia das mulheres, se soma ao desafio de sistematizar e compreender a economia da vida das agricultoras agroecológicas, em sua totalidade”. A ferramenta visual permite desvelar as desigualdades de gênero nos agroecossistemas, colocando luz nos espaços em que as mulheres são protagonistas e nos que contribuem para a construção de sua autonomia a partir de seu próprio trabalho, produzindo alimento, conhecimento, soberania alimentar, relações econômicas, seja por meio da troca, da doação, venda ou consumo, e com garantia e proteção da biodiversidade, sendo uma ferramenta de emancipação feminina.

Na aplicação dessa metodologia de trabalho, que possibilitou conhecer mais sistematicamente traços dos cotidianos das mulheres, foi possível fazer uma reflexão com os grupos sobre a sobrecarga de trabalho doméstico no dia-a-dia, pois algumas delas relataram nunca terem refletido sobre o assunto, terem como normalidade o cansaço do dia. Conforme

Lilian Telles *et al.* (2018) ocorre que, por serem essas atividades – e tantas outras – realizadas pelas mulheres, invisibilizadas e desvalorizadas, as lentes das correntes hegemônicas e ortodoxas da economia não permitem enxergar como esse conjunto de tarefas se articula e se traduz em estratégias para a produção e reprodução da vida, bem como sinalizam uma complexa vida econômica das mulheres. A invisibilidade de parte do trabalho realizado por elas implica na divisão desigual do trabalho na família e na sociedade. Os depoimentos das agricultoras refletem como essa desigualdade é naturalizada e sobrecarrega as mulheres cotidianamente.

No que diz respeito à análise de dados sistematizados de um ano de anotações realizadas pelas agricultoras, foi perceptível a diversidade das produções nos seus agroecossistemas, que só é possível graças ao refinado trabalho de manejo realizado por elas, isso nos quintais com as hortaliças e plantas medicinais, no chiqueiro, no galinheiro, nas fruteiras, dentro de casa com o trabalho do cuidado, entre outros espaços.

Segundo a FAO (1999), em regiões rurais com agroecossistemas de manejo familiar, as mulheres são sujeitos sociais fundamentais nos processos de reprodução do modo de vida rural e na produção de alimentos. Geralmente, elas são responsáveis pela seleção de sementes, pelo manejo de criações e pelo uso sustentável de recursos vegetais e animais do agroecossistema, já que tudo o que é produzido fica no entorno familiar.

Mediante os conjuntos dos dados e achados sistematizados, foram identificados nas Cadernetas Agroecológicas das 10 agricultoras, cujas anotações foram organizadas em um total de 136 produtos de seus agroecossistemas, sem considerar as repetições, sendo 31 produtos agrupados como de origem animal, apresentando um percentual de 23%, de origem vegetal, foram identificados 67 produtos, correspondendo a 49% do total, sendo, esse, o grupo mais expressivo. Quanto às plantas e aos preparos medicinais, identificou-se 18 itens, representando 13% do total. Com a classificação dos itens em “animal”, “vegetal” e “plantas direcionadas ao preparo medicinal”, percebemos a importância da preservação da biodiversidade com a alta densidade de espécies encontradas (JALIL, 2019).

Segundo Oakley (2004, p. 37), “essa diversidade contribui não somente para a segurança alimentar e estabilidade econômica dos agricultores familiares, mas para o equilíbrio do sistema agroecológico como um todo”. É importante destacar que as variedades locais respondem melhor às práticas alternativas de controle de pragas, diminuindo o uso de venenos no plantio, favorecendo a segurança e soberania alimentar.

Em relação ao manejo, foi possível observar o emprego de um conjunto de práticas agroecológicas, como cobertura vegetal, adubação orgânica, caldas naturais para as plantas,

remédios caseiros utilizados para a família, e também na agricultura, e para os animais, confecção de alimentação apropriada com espécies da caatinga e medicamentos naturais. Destaca-se que as variedades locais respondem melhor às práticas alternativas de controle de pragas, diminuindo o uso de venenos nas plantações e favorecendo a segurança e soberania alimentar (JALIL, 2019).

A renda total advinda das anotações dos 12 meses foi de R\$60.720,85 no ano, por mês, a renda média de cada agricultora foi R\$506,00. A renda por relação econômica que foi precificada foi a produção para o autoconsumo, considerando que 57,36% do que é produzido pelas agricultoras é para o consumo da família. As agricultoras nas visitas de ATC refletiram e relataram a importância de obter seus alimentos da sua propriedade, sem precisar gastar na cidade, além de saber a procedência dos alimentos e de como foram produzidos, garantindo a segurança alimentar e nutricional para a sua família.

Segundo Hildete Melo e Alberto Di Sabbato (2009), cerca de 2/3 das mulheres rurais trabalham em atividade sem remuneração ou para o autoconsumo, como uma extensão das suas tarefas domésticas e de seu papel atribuído socialmente. Inversamente, entre os homens predominam as ocupações remuneradas em quase todas as atividades agropecuárias, e quando se analisam as atividades para autoconsumo e não remuneradas, verifica-se menos de 1/3 da ocupação masculina. Esses dados são importantes por revelarem a maior participação das mulheres na produção para o autoconsumo e em atividades agrícolas ou não agrícolas que não auferem de remuneração, sendo assim, essas informações nos ajudam a pautar nossa problemática.

As mulheres produzem para o autoconsumo, ao mesmo tempo em que buscam caminhos para qualificar sua capacidade de organização produtiva, visando sua inserção em mercados locais e regionais (TELLES *et al.*, 2018). Nesse sentido, a renda por relação econômica das vendas apontou que 32,50% dos produtos são comercializados, as agricultoras relataram que vendiam o excedente de suas produções dentro das comunidades e, às vezes, na feira do município.

A renda, nas anotações das doações/trocas, foi de 10,13% dos produtos, as agricultoras relataram que essa prática é bem comum nas comunidades que vivem. Segundo Cardoso *et al.* (2019, p. 22), devemos nos atentar para não nos esquecermos dos produtos doados e trocados pelas mulheres. Esses números precisam ser valorizados, pois estão muito presentes nas relações de solidariedade e reciprocidade.

Nessa perspectiva, a experiência com as Cadernetas Agroecológicas no SAJUC, trilhou duas vias de aprendizagem, uma a partir da equipe de assessoria técnica por meio das

sensibilizações, e outra pelas agricultoras que se enxergaram como protagonistas em seus agroecossistemas ao longo da aplicação da metodologia. Muitas delas descreveram que passaram a enxergar a diversidade de produtos em seus agroecossistemas, percebendo, desse modo, o quanto economizavam deixando de comprar determinados produtos, pois tinham ali em suas propriedades. Por meio dos mapas, elas conseguiam visualizar o que queriam melhorar e onde poderiam expandir.

As anotações nas cadernetas, sobretudo relacionadas ao consumo, foram também um estímulo para o aumento da diversidade de suas produções, e as mulheres passaram a querer anotar mais, fazer mais trocas e alimentar a família de forma mais diversa, possibilitando assim, o planejamento do agroecossistema.

### **Considerações finais**

A experiência com a metodologia das Cadernetas Agroecológicas somou-se às ações de gênero da equipe de ATC do SAJUC, possibilitando um melhor planejamento para as ações numa perspectiva feminista.

Permitiu um novo olhar para com as agricultoras e para com as relações de gênero nas comunidades, reafirmando a necessidade de se utilizar metodologias e abordagens que permitam incorporar efetivamente o debate de gênero.

A partir das Rodas de Aprendizagem, a equipe de técnicas e técnicos conseguiu fomentar reflexões sobre a sociedade machista e patriarcal que estamos inseridos, contribuindo assim com a desconstrução e mudança pessoal da equipe técnica.

Os dados fornecidos pelas Cadernetas Agroecológicas permitiu pensar sobre a realidade das agricultoras, enfatizando seus papéis para a segurança alimentar e nutricional de suas famílias e sua contribuição, também, com o debate sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, entre outras pautas, visando à autonomia das mulheres.

Muitas agricultoras disseram que passaram a sentir prazer em anotar, porque assim sabiam o quanto estavam consumindo, vendendo, doando ou trocando de suas produções, algumas anotavam tanto que chegaram a um total de cinco cadernetas ao longo do processo de tabulação dos dados. Relataram ainda que passaram a se perceber importantes na gestão das atividades na propriedade, além disso, do quanto se sentiam útil a cada conversa que ocorria, envolvendo as técnicas, técnicos e ACR.

A experiência foi importante e necessária para que as organizações da sociedade civil pudessem pautar uma ATER agroecológica, numa perspectiva feminista, que visibilize o protagonismo das agricultoras em seus agroecossistemas.

## Referências

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *In: NERA*, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, 2010. Doi: 10.47946/rnera.v0i16.1362. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362>. Acesso em: 20 out. 2021.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Rios da memória das mulheres da agroecologia**. *In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA*, 4., 2018, Belo Horizonte. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/category/c79-noticias/iv-ena/>. Acesso em: 20 set. 2021.

CARDOSO, E. *et al.* **Guia metodológico da caderneta agroecológica**. Recife: FIDA, 2019, 38 p.

FAO. **Women: users, preservers and managers of agrobiodiversity**. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1999.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *In: BUTTO, A.* (org). **Estatísticas Rurais e Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_19/4%20-%20Livro\\_Estatisticas\\_Rurais\\_e\\_a\\_Economia\\_Feminista.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/4%20-%20Livro_Estatisticas_Rurais_e_a_Economia_Feminista.pdf). Acesso em: 20 out. 2021.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IBGE. **Microdados da PNAD 2019**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 out. 2021.

JALIL, L.; SILVA, L. C.; OLIVEIRA, J. Caderneta Agroecológica: a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade. **Cadernos de Ciências Sociais**, Recife, v. 2, n. 15, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasociais/article/view/2858>. Acesso em: 20 out. 2021.

KOROL, C. **Hacia una pedagogía feminista**. Buenos Aires: El Colectivo, América Libre. 2007.

MELO, H. P.; DI SABATTO, A. Gênero e trabalho rural: 1993 a 2006. *In*: BUTTO, A. (org.). **Em estatísticas rurais e economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 31-120.

NETO, A. A. L. *et al.* Caderneta Agroecológica empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. **Agriculturas**, Araponga, v. 12, n. 4, dez. 2015, p. 42-47. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-empoderando-mulheres-fortalecendo-a-agroecologia-290.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

OAKLEY, E. Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2014/10/Artigo-12-Quintais-dom%C3%A9sticos-uma-responsabilidade-cultural.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

RAMOS, C. H. de S. *et al.* **Núcleo de Estudos em Agroecologia e Convivência com o Semiárido: Capitalização de Experiência**. Salvador: Hasta La Luna, 2019.

ROCHA, S. A pedagogia da roda. **Boletín Espacio para la Infancia**, p. 24-29, 2006.

SABOURIN, E.; CARON, P.; SILVA, P. C. G. da. O manejo do fundo de pasto no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável. **Raízes**, Campina Grande, ano 18, n. 20, p. 90-102, nov. 1999. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/170>. Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, A. C. de S.; BOMFIM, M. do C. A. do. Pedagogia feminista na construção de uma “alternativa de gênero”. Em Anais Fazendo Gênero 9. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278186641\\_ARQUIVO\\_ArtigoFazendoGenero.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278186641_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Brasília: UnB, 2009.

SILIPRANDI, E. **Mulheres, segurança alimentar e agroecologia: notas para discussão**. 2009, 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

TELLES, L. *et al.* Cadernetas agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil. *In*: ZULUAGA, G. S. *et al.* (coord.). **Agroecología en femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias**. La Paz: SOCLA; CLACSO, 2018. p. 141-157.

TELLES, L. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP**. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2018.

Submetido em 30 de junho de 2021.

Aprovado em 2 de setembro de 2021.